

ANTONIO V. B. MOTA FILHO

OS PRIMEIROS ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO SOBRE A QUESTÃO POLONESA

Recebido em 01/10/2023

Aprovado em 11/03/2024

OS PRIMEIROS ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO SOBRE A QUESTÃO POLONESA

Resumo

Rosa Luxemburgo foi uma importante economista do começo do século XX. No entanto, suas obras seguem sendo pouco conhecidas e marcadas por rótulos de “espontaneísmo” e “economicismo”. Historicamente tais rótulos têm restringido a recepção da sua obra, privilegiando certos aspectos e secundarizando outros. Um ramo particularmente afetado por essa “afinidade seletiva” foi sua abordagem sobre a história econômica da Polônia, seu país de origem. O presente trabalho tem como objetivo analisar a interpretação de Luxemburgo sobre o aspecto econômico da “questão polonesa” ao final do século XIX. Conclui-se que a interpretação desenvolvida por ela acerca da questão polonesa nesse período, ainda que parcialmente equivocada quando comparada a elementos empíricos, lança aspectos analíticos importantes, que são desenvolvidos em sua obra posterior.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo; questão nacional; Polônia; imperialismo

ANTONIO V. B.
MOTA FILHO

Pós-doutorando do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp).

Email: vogaciano@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1631-3629>

O autor agradece à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela bolsa de doutorado que viabilizou a realização da pesquisa. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste artigo são de responsabilidade do autor.

Abstract

Rosa Luxemburg was an important economist at the beginning of the 20th century. However, her works continue to be little known and marked by labels of “spontaneity” and “economism”. Historically, these labels have restricted the reception of her work and have ended up favoring certain aspects of Luxemburg’s writings and sidelining others. One area that was particularly affected by this “selective affinity” was her approach to the economic history of Poland, her country of origin. This paper aims to analyze Luxemburg’s interpretation of the economic aspect of the “Polish question” at the end of the 19th century. The conclusion is that Luxemburg’s interpretation of the Polish question in this period, although partially mistaken when compared to empirical elements, throws up important analytical aspects that are developed in her later work.

Keywords: Rosa Luxemburg; national question; Poland; imperialism.

I. Introdução

A questão das nacionalidades foi um dos temas mais discutidos pelo marxismo desde o fim do século XIX. Sua recorrência está relacionada à quantidade de conceitos e interpretações mobilizados como “nação”, “Estado” e autodeterminação dos povos.

Mesmo após seguidas polêmicas e tentativas de aprofundar as formulações teóricas e políticas, o terreno acerca das nacionalidades segue marcado por disputas e imprecisões conceituais. O verbete “Nação” do *Dicionário de Política* organizado por Norberto Bobbio afirma que “o conteúdo semântico do termo, apesar de sua imensa força emocional, permanece ainda entre os mais confusos e incertos do dicionário político” (ROSSOLILLO, 1998, p. 796). Mesmo pesquisadores marxistas assumem que “nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo” (HOBSBAWM, 2013, p. 13).

No entanto, ainda que não seja possível – ou mesmo desejável – uma definição precisa de “nação”, é possível rastrear o contexto histórico em que o termo ganha contornos mais próximos dos atuais. De acordo com Rossolillo: “O termo Nação, utilizado para designar os mesmos contextos significativos a que hoje se aplica, isto é, aplicado à França, à Alemanha, à Itália, etc., faz seu aparecimento no discurso político — na Europa — durante a Revolução Francesa” (ROSSOLILLO, 1998, p. 195). É no contexto da Revolução Francesa que a nação aparece como unidade territorial dotada de soberania e expressando uma relação política de direitos e deveres entre o Estado e o indivíduo (MACHADO, 2000, p. 19).

Logo, é possível notar uma íntima relação entre o “surgimento” da nação e a formação de um novo padrão de sociabilidade, marcado pela individuação e pela difusão da produção capitalista e do Estado burguês. Dito de outra forma, do ponto de vista histórico, a ideia de nação contribuiu para a montagem do modo de produção capitalista, minando o Antigo Regime e consolidando aspectos objetivos e subjetivos do capitalismo. Vista dessa

forma, ganha sentido a proposta de Hobsbawm de ver as nações como fenômenos “duais (...) construídas essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns” (2013, p. 19). Se o surgimento da nação assentava os termos da equação Estado = nação = povo, para os “de cima”, seu termo mais relevante é o Estado e, para os “de baixo”, o povo-cidadão.

Enquanto predominava o aspecto “negativo” das revoluções burguesas, ou seja, eliminar elementos do Antigo Regime, e a construção da sociedade burguesa se mantinha ainda no âmbito jurídico – posituação de “direitos naturais” como liberdade, igualdade e propriedade privada – foi possível manter os lados “de cima” e “de baixo” dentro de uma mesma frente política. No entanto, essa aliança se rompe à medida que se torna evidente para o crescente proletariado que a igualdade jurídica conquistada com as revoluções burguesas é a sustentação para a desigualdade econômica (SILVA, 1989, p. 18-19).

Um marco na separação entre esses dois momentos distintos são as revoluções que varreram a Europa em 1848. De acordo com Hobsbawm, àquela altura, “ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as ‘forças do progresso’ unidas, mas entre ‘ordem’ e ‘revolução social’” (2015, p. 33). Com isso, entra em cena o antagonismo entre “burguesia” e “proletariado” e a luta pelo socialismo.

Escrito também em 1848, o *Manifesto Comunista* expressa duas das principais linhas teóricas que marcariam o debate acerca da questão das nacionalidades dentro do movimento socialista: o cosmopolitismo e a luta nacional. Marx e Engels não chegaram a desenvolver uma teoria sobre a questão das nacionalidades. Como ressaltam Haupt, Löwy e Weill: “Não há nenhum texto de referência fundamental de Marx e Engels sobre a questão nacional. Por outro lado, abundam os escritos de combate, onde a questão nacional é tratada em situação, no momento em que está presente, ou seja, de acordo com a ação” (1997, p. 64, tradução nossa).

As formulações dos autores se concentram na observação, particularmente, de dois casos de povos oprimidos: os irlandeses e os poloneses. O aspecto analítico sobre a situação das duas nacionalidades era combinado com a formulação de táticas que pudessem ajudar o movimento socialista a se posicionar e agir. Ambos os autores apoiaram, com algumas nuances pontuais, os movimentos nacionalistas dos dois países¹. Quanto à Polônia em especial, os autores eram favoráveis à sua independência política, o que acabou se tornando uma espécie de dogma do movimento socialista. Coube a Rosa Luxemburgo revisitar essas posições e, analisando a situação econômica e política do Reino da Polônia, extrair conclusões diametralmente opostas às de Marx e Engels.

Ainda que a questão das nacionalidades seja um tema presente em quase toda sua reflexão, ela é, por vezes, posta em segundo plano. Luxemburgo tornou-se conhecida, particularmente no Ocidente, por meio da sua militância no Partido Social-Democrata Alemão (SPD), que se inicia em 1898. Dessa forma, a primeira grande obra que notabilizou a autora para o grande público foi seu livro *Reforma social ou revolução?*, escrito durante o debate revisionista na Alemanha. A habilidade de Rosa Luxemburgo como “polemista” é logo destacada, como no título do livro de Gilbert Badia sobre a autora, *Rosa Luxemburg: journaliste, polémiste, révolutionnaire* (1975). Descrevendo a atuação de Rosa Luxemburgo no socialismo do fim do século XIX e início do século XX, Badia afirma que

na história da Alemanha, e especialmente na história da social-democracia entre 1899 e 1919, há períodos de crise, momentos em que transformações políticas, sociais e econômicas acontecem ou parecem de repente possíveis. Foi nesses momentos que Rosa Luxemburgo realmente viveu (p. 23, tradução nossa).

Badia segue sua análise apontando uma obra que teria marcado cada período da “verdadeira vida” de Rosa Luxemburgo: *Reforma social ou revolução?*,

¹ A análise da questão irlandesa escapa ao objetivo do nosso trabalho. Há, contudo, uma abundante produção teórica sobre essa questão nas obras de Marx e Engels (MATHUR, DIX, 2009, p. 103).

livro com o qual marcara sua participação no debate revisionista; *Greve de massas, partido e sindicatos*, em que analisa a revolução russa de 1905 e ação política das massas trabalhadoras; *Panfleto Junius*, em que analisa a crise do SPD e da própria Segunda Internacional e *A revolução russa*, em que analisa a revolução de outubro de 1917.

O período anterior à chegada de Rosa a Berlim aparece quase como que em segundo plano. Trata-se de um período de formação intelectual da autora e no qual predomina em seus textos a análise da questão nacional polonesa. O silêncio que por vezes recai sobre esse período da vida de Rosa insinua uma certa divisão entre uma “jovem Rosa” e uma “Rosa madura”. A hipótese central do presente trabalho é bastante outra: nessa primeira fase da vida da autora encontram-se elementos que marcam toda sua obra.

Vista dessa forma, e ao contrário do que aponta Badia, Rosa teria “vivido verdadeiramente” muito antes do seu período de militância no SPD. A forma como o tema da questão das nacionalidades avança na obra de Rosa é um microcosmo da própria evolução do seu pensamento político. Ousando desafiar as formulações incontestáveis de Marx e Engels e extraindo conclusões opostas às dos pais do “marxismo” sobre o tema, o marxismo herético de Rosa Luxemburgo tem suas bases postas sobre a questão das nacionalidades.

Este artigo tem por objetivo, primeiramente, expor o contexto político da questão polonesa e as ideias de Marx e Engels. Em seguida, apresentaremos como o tema é tratado nos primeiros escritos da autora (1893-1898) e, por fim, comentaremos aspectos de sua interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Polônia.

2. A nação polonesa: “o cavaleiro imortal da Europa”

Tradicionalmente a região da Polônia e da Lituânia é vista dentro da historiografia como uma região economicamente atrasada, onde predominou a chamada segunda servidão, enquanto na Europa Ocidental as

transformações econômicas e políticas ocorridas a partir do século XIII teriam aberto espaço para o surgimento do capitalismo (WALLERSTEIN, 2011, p. 95). Sem negar essa constatação quanto ao desenvolvimento econômico da região é importante ressaltar também sua dinâmica política. A Polônia havia deixado de existir oficialmente em 1795, ano da sua Terceira Divisão (LUKOWSKI, ZAWADZKI, 2006, p. 120).

No caso da Polônia russa, o czar Alexandre I manteve algumas das instituições criadas durante o período do Ducado, como as administrações locais e tribunais, o que evidenciava sua disposição em não buscar vingança contra os poloneses que haviam lutado ao lado de Napoleão. Além disso, por decisão do Congresso de Viena, o czar outorgou uma nova constituição para a região, cujos dispositivos eram, contudo, recorrentemente violados.

Nesse contexto, um novo ciclo econômico se inicia na Polônia russa a partir de 1815. Novas tentativas de industrializar a região foram lançadas a partir de 1816, centradas na expansão de minas de carvão e na construção de obras de infraestrutura. Além disso, em 1828, foi criado o Banco da Polônia com o objetivo de financiar a indústria e garantir o crédito necessário ao comércio (DAVIES, 2005, p. 228). Destaca-se o crescimento da indústria têxtil, amplamente assistida pela ação do Estado, particularmente em Lodz – “uma pequena aldeia com cerca de 800 habitantes em 1821, sua população cresceu para mais de mil pessoas em nove anos” (WANDYCZ, 1974, p. 81, tradução nossa) – e Varsóvia – “cujo orçamento aumentou oito vezes de 1816 para 1930, estava intimamente ligado às diversas indústrias da cidade” (1974, p. 81, tradução nossa). A agricultura também foi amplamente apoiada pelo Império Russo. As dívidas dos senhores de terra foram saneadas e surgiram indústrias relacionadas à agricultura, como a destilação de vodca de batata (1974, p. 82). Ao contrário dos camponeses e da ainda pequena classe trabalhadora, a posição dos senhores de terra, particularmente aqueles que conseguiram desenvolver algum tipo de processamento de produtos primários, melhorou, assim como a da burguesia, ainda nascente (1974, p. 91).

O período de certa tolerância com as iniciativas polonesas que havia marcado a política de Alexandre I e, assim, aberto espaço para o novo ciclo mencionado anteriormente, encerrou-se com a ascensão do novo czar, Nicolau I, em 1825. Nicolau I era um autocrata pouco disposto a realizar concessões políticas, o que lhe rendeu o título de “gendarme da Europa”. Em novembro de 1830, ocorreu uma revolta em Varsóvia, organizada por jovens cadetes da Escola Militar e influenciada pela Revolução de Julho, em Paris, e pela Revolução Belga. A Rússia invadiu a Polônia em fevereiro de 1831 e em alguns meses derrotou o governo nacional. Uma vez recuperado o trono polonês, Nicolau I iniciou uma política ampla de repressão e punições, o que marcou a memória política da sociedade. A oposição política ao czarismo ficou desmobilizada e uma nova revolta de caráter nacionalista só veio a eclodir em 1846, mas durou apenas nove dias, tendo sido rapidamente contida (DAVIES, 2005, p. 244).

As revoltas de 1830 e 1846 marcaram as posições de Karl Marx e Friedrich Engels em relação à questão polonesa. Escrevendo sobre Marx, Anderson afirma que “o apoio à causa polonesa foi uma das grandes paixões políticas de sua vida” (2019, p. 123). Esse comentário também pode ser estendido a Engels.

O primeiro texto de ambos é de novembro de 1847, quando cada um pronunciou um discurso em homenagem ao décimo sétimo aniversário da revolta de 1830. No *Manifesto Comunista*, publicado no ano seguinte, os autores afirmam que, “na Polônia, os comunistas apoiam o partido que vê numa revolução agrária a condição da libertação nacional, o partido que desencadeou a insurreição de Cracóvia de 1846” (MARX e ENGELS, 2005, p. 69).

As intervenções de Marx e Engels se seguiram nos anos seguintes. Durante o verão de 1848, Engels desenvolveu uma polêmica contra parlamentares liberais da Assembleia Nacional Alemã. Em uma série de artigos publicados no *Neue Rheinische Zeitung* a partir de junho, Engels se posiciona contra a anexação da Polônia pela Prússia, cuja ratificação a Assembleia Nacional discutia. A aceitação da nova partição da Polônia tenderia a fortalecer, por

um lado, os senhores de terra prussianos e, por outro, o próprio czarismo, já que desorganizaria o movimento democrático existente na Polônia (ANDERSON, 2019, p. 60).

Na luta pela independência da Polônia, a classe trabalhadora alemã seria sua principal aliada, uma vez que, sendo a Rússia uma importante aliada da Prússia, o debilitamento do czarismo representaria também o enfraquecimento do regime prussiano. A questão polonesa aparece para Marx e Engels ligada à consecução da revolução socialista e ao internacionalismo proletário. Não se trata de um algum tipo de predileção abstrata pela Polônia, mas de uma tática fundamentada na situação política da Europa.

Para Kevin Anderson, os posicionamentos iniciais de Marx e Engels evidenciam uma crítica ao nacionalismo conservador dos senhores de terra poloneses e formulam pela primeira vez a ideia de uma “revolução agrária” que permitiria superar o feudalismo na região e transformar os camponeses em proprietários (ANDERSON, 2019, p. 59).

O cruzamento da luta pela independência – cujo conteúdo seria democrático, uma vez que tendia a se opor ao czarismo – com a superação do feudalismo faria da questão polonesa um tema central para os comunistas. Para Marx e Engels (1976, p. 549), “somente uma Polônia democrática poderia ser independente, e uma Polônia democrática era impossível sem a abolição dos direitos feudais”. O apoio do comunismo internacional à luta pela independência polonesa marcaria, portanto, a convergência entre o nacionalismo progressista polonês e o internacionalismo proletário. Por sua vez, a derrota do absolutismo czarista, através da independência polonesa, fortaleceria o próprio movimento socialista internacional.

A repressão do czarismo após as revoltas de 1830 e 1846 impactaram fortemente a situação política da região. Quase toda a administração estava nas mãos de não poloneses e as autoridades russas exerciam um rígido controle das instituições educacionais e culturais. Em Varsóvia, por exemplo, uma cidade com 230 mil habitantes, havia apenas sete jornais, todos controlados

pela censura. Além disso, a educação contava com poucas escolas, cujos instrutores raramente sabiam falar polonês (WANDY CZ, 1974, p. 155).

A economia continuava a se desenvolver e aprofundar sua integração ao modo de produção capitalista. Após a abolição da barreira tarifária em 1851 e, especialmente durante a Guerra da Crimeia, o comércio do Reino cresceu rapidamente e os produtos poloneses começaram a penetrar no mercado russo. A indústria polonesa logo começou a crescer, impulsionada pelo influxo de capitais nacionais e alemães. Também é nesse período que se iniciam as grandes obras de infraestrutura, como a construção da ferrovia Varsóvia-São Petersburgo e, em seguida, da ferrovia Varsóvia-Viena. A expansão ferroviária facilitou o acesso a novas minas de carvão, barateando seu preço final e, assim, impulsionando a indústria siderúrgica e metalúrgica. Por fim, a indústria têxtil seguiu se modernizando e expandindo sua produção (WANDY CZ, 1974, p. 157). Ainda que a indústria se desenvolvesse rapidamente, o centro da economia polonesa ainda era, contudo, a agricultura.

A distensão russa com relação à Polônia só se iniciou com a ascensão de Alexandre II em 1855. A derrota na Guerra da Crimeia evidenciara o atraso econômico do Império e seu declínio militar frente à Prússia e ao Império Austro-húngaro. A reversão desse panorama passava pela industrialização do Império, o que poderia trazer consequências sociais indesejáveis para a política czarista, como o crescimento da classe trabalhadora e de um movimento socialista. Optou-se pelo desenvolvimento gerido “por cima” – pelo czar e sua burocracia – e por controlar e reprimir as possíveis manifestações (LESLIE, 1983, p. 37). O czar Alexandre II realizou pequenas concessões políticas no plano doméstico para evitar o surgimento de revoltas no país (DAVIES, 2005, p. 257).

A distensão, contudo, tinha limites precisos. Nas instruções enviadas em 1862 ao recém-nomeado vice-rei da Polônia, o czar explicitou que a nova administração deveria servir os interesses russos dentro de uma conjuntura política que permitisse a conciliação entre os dois povos, mas que nenhuma

nova concessão deveria ser feita (LESLIE, 1980, p. 38). Dessa forma, a administração russa apostou no frágil equilíbrio entre reformar e reprimir, mas, como sugere Davies (2005, p. 259), “a reforma não poderia ser abandonada por medo da desilusão popular. A repressão não poderia ser relaxada por medo de uma desordem renovada”.

Em 1863 eclode uma outra rebelião na Polônia com o objetivo de recuperar a independência do país. Comentando a organização dos rebeldes de janeiro de 1863, Davies afirma que “eles tinham um programa político completo, uma organização financeira extensa que já estava arrecadando fundos e os quadros dirigentes de um Estado subterrâneo” (2005, p. 259.).

Em manifesto dirigido aos poloneses, lituanos e ucranianos, o governo provisório polonês os convocou a aderir à luta armada. Além disso, o manifesto declarava a igualdade de todos os cidadãos, a despeito de crença e nacionalidade. Por fim, o documento também abordava o tema da questão camponesa, que marcava as discussões políticas polonesas desde a revolta de 1830: “O governo provisório declarava que os camponeses eram plenos proprietários das terras que eles cultivavam e prometia lotes de terra para os camponeses sem terra que aderissem à insurreição. A esse primeiro manifesto se seguiram diversos outros em que o governo provisório conclamava a população a lutar pela insurreição e contra o governo russo” (WANDYŹCZ, 1974, p. 172, tradução nossa).

A questão camponesa logo foi alçada ao centro da política polonesa: tanto as forças rebeldes quanto a administração russa disputavam seu apoio. A consecução da reforma do governo provisório, contudo, foi prejudicada pela sua dificuldade em controlar todo o território polonês (LUKOWSKI, ZAWADZKI, 2019, p. 230).

As autoridades russas também passaram a realizar concessões aos camponeses: em maio de 1863, foi concedida aos camponeses lituanos a propriedade das terras que eles cultivavam, o que foi estendido, em seguida, aos camponeses das províncias da Ucrânia e Bielorrússia (WANDYŹCZ, 1974, p. 178). Ainda que a burocracia russa hesitasse em garantir a propriedade

das terras também aos camponeses poloneses, durante o outono de 1863, percebendo a necessidade de ganhar o apoio dessa parcela da sociedade, o czar encarregou Nikolai Miliutin, autor da reforma agrária russa de 1861, de elaborar recomendações para o caso polonês. O resultado dessa iniciativa foi o decreto de março de 1864, abolindo a servidão na Polônia e garantindo aos camponeses a propriedade das terras em que eles trabalhavam. Os antigos proprietários seriam indenizados com títulos do governo.

Contudo, sem uma estratégia e um comando militar, a revolta tinha poucas chances de organizar um esforço de guerra coordenado. Além disso, havia a expectativa, por parte dos rebeldes, que França e Inglaterra enviassem reforços militares, o que não aconteceu. Com a reorganização das suas forças militares, sob o comando do marechal Berg, e a reforma agrária, o governo russo logo conseguiu retomar o controle do território polonês. Em abril de 1864 os principais dirigentes do governo provisório foram capturados, pondo fim à revolta.

Marx e Engels acompanham atentamente os desdobramentos da revolta de janeiro. A proximidade do governo provisório com o governo de Napoleão III e a presença de dirigentes conservadores no governo provisório preocupavam Marx, que chegou a iniciar um panfleto sobre a situação polonesa, mas que nunca chegou a ser concluído pela piora do seu estado de saúde (ANDERSON, 2019, p. 65).

A revolta de janeiro ganha apoio do movimento socialista europeu. Em junho de 1863, uma delegação de trabalhadores ingleses e franceses se reúne em Londres para debater a situação polonesa e delibera pela criação de uma organização internacional que ajudasse na luta dos trabalhadores. Como consequência desta deliberação, em setembro de 1864 é criada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou, como ficou mais conhecida, a I Internacional. No discurso de abertura dos trabalhos da AIT, Marx menciona a “heroica” Polônia, “assassinada” pela Rússia. No âmbito da AIT, a questão polonesa foi tratada diversas vezes por Marx, o que

evidencia o aprofundamento das suas reflexões sobre o tema. De acordo com Anderson:

[Primeiro,] ele tentava provar a seus colegas da Internacional que, em três períodos chave – a Revolução Francesa de 1789-1794, a era napoleônica e a Revolução de 1830 –, os franceses haviam traído a Polônia. Essa argumentação se dava em um debate no interior da esquerda internacional, entre os defensores da Polônia, alguns dos quais Marx considerava iludidos sobre a França como um país consistentemente revolucionário. Segundo, ele defendia um argumento mais amplo, com vistas a futuros movimentos revolucionários na Europa. Marx sustentava que, ao traírem a Polônia, os revolucionários franceses se limitaram e, em alguns momentos, se autodestruíram, tendo como resultado a derrota por inimigos externos ou uma revolução excessivamente limitada em seu país, que não subvertia de fato o antigo sistema. Este último ponto dizia respeito aos momentos em que revolucionários de um país grande e poderoso como a França subestimaram a luta de uma nação militarmente mais fraca e oprimida como a Polônia, e ao modo como essa atitude levou ao fracasso da revolução tanto no país mais poderoso quanto na nação oprimida (2019, p. 141).

A reação do czar à revolta de 1863-1864 foi enérgica. Cerca de quatrocentas pessoas foram executadas após processos judiciais e é difícil estimar o total de pessoas executadas sumariamente. Milhares de pessoas foram deportadas para a Sibéria (WANDYŹCZ, 1974, p. 195). Mesmo o nome “Reino da Polônia” foi abolido e substituído pela denominação de Terra do Vístula, em referência ao rio que cruza o país (LESLIE, 1983, p. 39).

Entre 1863 e 1866 todas as reformas realizadas desde a distensão iniciada em 1856 foram revertidas, todas as instituições separadas do Reino da Polônia foram extintas e as concessões realizadas no nível da língua e da cultura também foram suprimidas. O governo impôs uma ampla russificação: diversas cidades foram renomeadas, como a cidade de Brześć, que passou a se chamar Brest-Litovsk; o Banco Polonês foi incorporado pelo Banco Imperial; o sistema judiciário passou a adotar a legislação russa. Novamente, o sistema educacional não foi poupado da russificação: “A Escola Principal,

cujos alunos haviam se absterido da insurreição para não colocar em perigo sua instituição, sobreviveu apenas até 1869. Foi então substituída pela Universidade Russa de Varsóvia. As escolas e seus currículos foram completamente russificados” (WANDYŹY, 1974, p. 196, tradução nossa). As restrições para assumir funções de administração pública foram ampliadas: apenas russos podiam assumir cargos públicos (DAVIES, 2005, p. 67).

A reforma agrária de 1864 promoveu mudanças econômicas importantes na Polônia. A desapropriação das terras não aconteceu de forma homogênea e afetou principalmente a nobreza vinculada à revolta de janeiro. Além disso, o governo russo impôs um novo tributo à propriedade da terra, o que enfraquecia economicamente ainda mais a nobreza e ajudava a financiar os cofres do Império. A quantidade de terras de propriedade dos camponeses aumentou em cerca de 8% entre 1860 e 1890, o que proporcionou uma melhora na sua condição de vida (WANDYŹY, 1974, p. 199, tradução nossa). Contudo, dados os efeitos desiguais da reforma, diversos camponeses receberam lotes economicamente inviáveis, que acabaram sendo incorporados por fazendeiros maiores. Dessa forma, a reforma agrária também acabou gerando uma parcela de camponeses sem terra, que acabaram migrando para as grandes cidades, onde se tornaram a força de trabalho do período de rápida industrialização que se iniciou na Polônia a partir de 1864.

Mesmo sob o rígido controle político russo, a industrialização e a intensa urbanização, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1860, contribuíram para a difusão das ideias socialistas na Polónia (LESLIE, 1983, p. 49). As transformações ocorridas na Polónia pós-1864 trouxeram consigo uma grande polémica sobre a tática que o socialismo deveria seguir: seria a defesa da independência uma tática ainda correta? Como sugere Kevin Anderson, nos seus últimos escritos sobre a Polónia, já nos anos 1880, Marx defende a luta comum do proletariado russo e polonês (ANDERSON, 2019, p. 78). O novo momento da questão polonesa é o principal tema de reflexão de Rosa Luxemburgo em seus primeiros escritos, nos quais chega a

conclusões opostas àquelas de Marx e Engels, ainda que parta de uma base metodológica comum a eles.

3. Decifrar o livro de sete selos: Rosa Luxemburgo e a história econômica polonesa

Rosa Luxemburgo defendeu sua tese de doutorado, intitulada *O desenvolvimento industrial da Polônia*, na Universidade de Zurique, no dia 1.º de maio de 1897. Ainda que o processo de redação a tenha marcado negativamente, o texto foi bastante elogiado por seu orientador, o professor Julius Wolf².

Sua tese é o ponto de culminância de uma longa reflexão, à qual a autora se dedica desde 1893, sobre o desenvolvimento econômico na Polônia e suas consequências políticas. Uma reflexão fundada, portanto, na história econômica, algo que a própria autora reconhece no prefácio da tese: “a fisionomia política de um país é um livro de sete selos para nós quando não conhecemos sua vida econômica e todas as consequências sociais que dela resultam” (LUXEMBURG, 1979, p. 57).

O ano de 1893 é relevante para os estudos do pensamento de Luxemburgo, pois se trata da sua primeira intervenção no âmbito do socialismo internacional, no Congresso Socialista Internacional de Zurique. Tendo sido eleita delegada ao Congresso pelo jornal *Sprawa Robotnicza* - órgão da Social-democracia do Reino da Polônia (Socjaldemokracja Królestwa Polskiego, SDKP), partido criado poucas semanas antes do Congresso – o mandato de Luxemburgo, contudo, não foi reconhecido (FRÖLICH, 2010, p. 32). Como pano de fundo desse episódio estavam as disputas do movimento socialista polonês: de um lado, o Partido Socialista Polonês (Polska Partia Socjalistyczna, PPS), criado em 1892 e defensor da independência política da Polônia; e do outro, o SDKP, contrário à independência. Ainda que não tenha sido aceita como

²Wolf, um conhecido economista antimarxista, escreveu o seguinte comentário sobre Luxemburgo: “À mais talentosa dos meus alunos em Zurique, Rosa Luxemburgo, que na verdade tinha vindo da Rússia e da Polônia como uma marxista confessa, eu tinha que dar uma marca acadêmica; ela fez seu doutorado em ciência política comigo (com um excelente trabalho sobre o desenvolvimento industrial da Polônia)” (LUXEMBURG, 1979, p. 51, tradução nossa)

delegada, Luxemburgo provocou um grande impacto no Congresso. Antes da sua expulsão, contudo, Luxemburgo apresentou um detalhado relatório da situação política e econômica da Polônia em que realizava uma dura crítica às posições nacionalistas e à defesa da independência polonesa. Após uma análise da história do movimento socialista polonês e das posições políticas das diferentes classes sociais polonesas, Luxemburgo apresenta um importante argumento sobre a evolução recente da economia do país:

A história socioeconômica das três partes do antigo reino da Polônia as incorporou organicamente aos três grandes Estados anexadores e criou em cada região tendências e interesses políticos particulares. Dado o congestionamento crônico do mercado mundial, a grande indústria da Polônia do Congresso existe e se desenvolve como resultado da coexistência política com a Rússia, que desenvolve um estreito nexos econômico entre os dois países.

Esta ligação econômica, fortalecida ainda mais pelo governo russo através de uma política pífida, favorece a indústria polonesa, em parte para ganhar para si a classe dos capitalistas no interesse da russificação, em parte no seu próprio interesse mais geral. Diante desta concessão econômica decorrente da lógica invencível do capitalismo, a aspiração de reivindicar a formação de um estado capitalista polonês carece de qualquer base real. Diante desta realidade, o patriotismo torna-se um programa baseado nos desejos subjetivos de seus arquitetos e um meio de realização das imprevisíveis eventualidades de um conflito europeu (1979, p. 169-170, tradução nossa).

Com essa formulação, inspirada no materialismo histórico, Luxemburgo partia de um método utilizado por Marx e Engels e chegava a conclusões opostas às deles. Ao fazê-lo, a autora sabia que a crítica por parte da ala nacionalista polonesa e seus aliados seria implacável. Era fundamental, portanto, aprofundar essa nova interpretação. Em 1894, Luxemburgo se muda para Paris, de onde realiza os trabalhos de edição e difusão do *Sprawa Robotnicza* e segue sua pesquisa sobre a história econômica da Polônia na Biblioteca Nacional da França.

Com uma ampla base de dados sobre a Polônia, Luxemburgo inicia a redação de um conjunto de artigos sobre a Polônia, cujo conteúdo reaparece desenvolvido na sua tese, em que a autora conjuga rigor teórico e a tentativa de formular táticas políticas que ajudem o SDKP a guiar a classe trabalhadora polonesa³. O primeiro desafio para Luxemburgo era como apresentar uma crítica marxista às posições dos fundadores do marxismo sobre a questão polonesa. A resposta passava por analisar as transformações econômicas e políticas ocorridas na Polônia a partir da metade dos anos 1860, período que passa ao largo das análises de Marx e Engels.

Se, por um lado, a revolta de janeiro de 1863 inicia um período de maior controle político sobre a Polônia por parte do czarismo, por outro, também é um período de grande desenvolvimento do modo de produção capitalista no país. Luxemburgo reproduz para o caso polonês a mesma lógica do *Manifesto Comunista*, segundo o qual a burguesia “geraria seu próprio cozeiro” (MARX, ENGELS, 2005, p. 25): “na Rússia, muitas coisas mudaram: o país não se encontra mais no congelamento social absoluto, como parecia ser há trinta anos; a jovem toupeira – o capitalismo – escava suas fundações, e isto garante a destruição total do absolutismo” (LUXEMBURG, 1979, p. 200, tradução nossa).

As origens do desenvolvimento do capitalismo na Polônia datavam, para Luxemburgo, do período seguinte ao estabelecimento do Reino da Polônia pelo Congresso de Viena. Tomando por referência o conceito de “manufatura” de Marx, Luxemburgo afirma que a década de 1820 a 1830 corresponde ao surgimento da manufatura polaca (LUXEMBURG, 1979, p. 61). Teriam contribuído para a manufatura polonesa a integração de artesãos alemães e um conjunto de medidas impostas pelo governo russo, como facilidades para aquisição de ferramentas, terrenos e isenções tributárias. Ainda de acordo com Luxemburgo:

³ Tomando como referência a bibliografia levantada por Gilbert Badia, Luxemburgo escreve, entre 1893 e 1896, 35 textos, todos em polonês. Tomaremos como referência para nossas análises, para além do Relatório de 1893, artigos que a autora escreveu entre 1896 e 1897 e publicados principalmente na imprensa da social-democracia alemã.

Foram os *ukases* czaristas (1815-1830) que atraíram fabricantes industriais do exterior para a Polônia e destruíram a antiga ordem nobiliária a fim de criar as condições preliminares para o estabelecimento da indústria moderna. Foram os renegados abertos e servis da Rússia – os magnatas poloneses – que, na qualidade de governo autônomo da Polônia do Congresso, no mais estreito acordo com a Rússia, empreenderam a política de apoiar a indústria de grande escala (1979, p. 230, tradução nossa).

Ainda mais importante para o desenvolvimento da manufatura foram os impactos aduaneiros das decisões do Congresso de Viena. O Congresso estipulava a livre circulação comercial entre as partes da Polônia, o que gerou uma importante vantagem econômica para a Polônia russa: ela conseguia importar matérias-primas da Polônia prussiana, mas era protegida pelas restrições comerciais impostas pela Rússia à importação de bens manufaturados:

[...] através da união com a Polônia, com base na tarifa alfandegária mencionada acima, a Rússia tornou-se assim acessível aos produtos alemães. Isto teve como consequência que a Polônia se tornou a oficina de processamento de produtos semiacabados alemães, que em sua maioria foram trazidos à Polônia do Congresso, terminados aqui e enviados à Rússia como produtos manufaturados poloneses livres de impostos (1979, p. 64, tradução nossa).

Assim, o mercado consumidor russo aparece desde os anos 1820 como uma importante destinação da produção polaca. Luxemburgo aponta que a produção têxtil polonesa chegou a ser consumida até mesmo na China. A revolta de 1830, contudo, pôs fim a esse ciclo econômico: altas barreiras tarifárias são impostas aos produtos poloneses, que já não conseguem mais acessar os mercados russos. O curto ciclo econômico iniciado em 1820, ainda que tenha permitido a expansão da manufatura, não chega a gerar a grande indústria no país, cuja economia segue sendo principalmente agrária. Conforme Luxemburgo, “a indústria urbana desempenhou apenas um papel subordinado na vida social polonesa até os anos cinquenta e até mesmo os

anos sessenta. Ainda é a propriedade rural que dá o tom na economia e na política do país” (1979, p. 67, tradução nossa).

Para Luxemburgo, a transição para a grande indústria ocorreu entre 1850 e 1870 devido a quatro fatores. Em primeiro lugar, a abolição das barreiras alfandegárias entre Polônia e Rússia em 1851, a partir de quando a Polônia e a Rússia constituem um todo único do ponto de vista da política de comércio exterior (1979, p. 68, tradução nossa). A Guerra da Crimeia e a grande demanda gerada pelo exército russo impulsionam o crescimento da indústria polonesa, que também passa por mudanças qualitativas com a introdução de novas técnicas de produção, particularmente no setor têxtil (1979, p. 69, tradução nossa).

O segundo fator foi a expansão das linhas férreas. Em 1865, o país tinha 635 quilômetros de linhas férreas e, em 1887, esse número já chegava a 2.084 quilômetros. Quanto ao número de fábricas, em 1865, o país tinha 180 fábricas, usando 375 motores a vapor, totalizando 3.746 cavalos de potência. Em 1878, esse número havia crescido para 674 fábricas com 807 motores e uma capacidade total de 14.627 cavalos (WANDYŃCZ, 1974, p. 201).

O terceiro fator foram as reformas agrárias, que aboliram a servidão, ocorridas primeiro na Rússia (1861) e, em seguida, na Polônia (1864). Por meio delas, “a grande massa de camponeses obteve muito dinheiro e também se tornou compradora de produtos manufaturados” (LUXEMBURG, 1979, p. 70, tradução nossa). Por fim, o quarto fator a gerar a transição da indústria polonesa foi a política aduaneira da Rússia em relação aos demais países, “que tinha deixado os mercados domésticos da Rússia para exploração exclusiva pelos industriais do país e garantido seus lucros, que variavam de 40 a 60%, tudo isso colocou a indústria polonesa no paraíso da acumulação primitiva em que cresceu como um cogumelo” (1979, p. 201, tradução nossa).

Com sua análise sobre o desenvolvimento polonês, Luxemburgo esboça uma interpretação que evidencia que o formato de desenvolvimento do capitalismo, como ocorrido na Europa Ocidental, não era universal. Ao contrário do que havia ocorrido em países como França e Inglaterra, em que

as revoluções burguesas haviam lançado as bases para o Estado-nação, a ação da burguesia polonesa era diferente. O desenvolvimento polonês se fez menos como consequência da ação da burguesia e mais pela ação do Estado russo. Como menciona Luxemburgo:

Em uma Polônia com uma economia natural, que representava uma forma de produção totalmente retrógrada, carente de apoio entre o povo porque vinha do exterior, mantida fora do governo, formada por uma massa heterogênea de indivíduos ambíguos de todo o mundo [...] sem história ou tradição, estrangeiros e desprezados em seu próprio país, a burguesia, de forma autônoma, não desenvolveu nenhum papel significativo na Polônia aristocrática até os anos setenta. A Polônia, até a reforma camponesa, era representada apenas pela nobreza (1979, p. 231, tradução nossa).

Fortalecida pelo desenvolvimento econômico da segunda metade do século XIX, a burguesia polonesa passa de uma força política marginal à aceitação da dependência em relação à Rússia. Até a revolta de janeiro de 1864, a tensão entre nobreza e burguesia é crescente e ela só se resolve pela intervenção russa, que inflige uma dura derrota à nobreza por meio da reforma agrária de 1864 e o maior controle político imposto ao país.

O fato é que após o fracasso da revolta de janeiro, o nacionalismo e a defesa da independência perdem força entre as classes dominantes polonesas. A sobrevivência da Polônia dependeria já não mais de lutas armadas, mas do seu fortalecimento econômico. Essa foi a base do programa do “trabalho orgânico e radical”, idealizado pela burguesia polonesa e que buscava “reunir os instrumentos materiais e espirituais e consolidar a nação internamente: riqueza nacional, educação e pacificação de todas as classes, estes são os objetivos mais imediatos” (LUXEMBURG, 1979, p. 233, tradução nossa).

De acordo com Luxemburgo, o “trabalho orgânico” inicia um período de “abstinência política” da sociedade polonesa, em que o objetivo de desenvolver materialmente o país deveria se impor acima de eventuais disputas políticas. Uma vez que o desenvolvimento industrial polonês se fazia vinculando o país ao mercado consumidor russo, o “trabalho orgânico”

significou, na prática, o fortalecimento da burguesia. Lançado como proposta no início dos anos 1870, ao final dos anos 1880 já havia cumprido o papel de consolidar a grande indústria e podia ser abandonado como retórica nacionalista: “o enriquecimento se torna um objetivo *sans gêne et sans phrase*” (1979, p. 236, grifo da autora, tradução nossa).

Ao aceitar o programa ingênuo do “trabalho orgânico”, a sociedade polonesa vendeu sua alma ao diabo. O tão esperado renascimento da Polônia se manifestou na mais trivial escalada capitalista, reduzindo a ação preparatória da independência polonesa à pura e simples abstinência política. [...] Vocês puderam apreciar os favores recebidos no aspecto econômico do desenvolvimento capitalista; agora, por favor, tirem também as consequências políticas. (1979, p. 237, tradução nossa).

A partir da metade dos anos 1880, a grande indústria polonesa já estava estabelecida e suas exportações chegavam até a Ásia Central. Segundo a análise de Luxemburgo, a partir desse momento a indústria passou a subordinar todas as áreas da vida material polonesa (1979, p. 96). Além disso, dada a natureza do vínculo econômico estabelecido entre Rússia e Polônia – a saber, a complementaridade entre produção polonesa e realização no mercado consumidor russo – as classes dominantes dos dois países desenvolvem uma convergência política entre elas. Lançando as bases para a superação de eventuais divergências nacionais entre a burguesia, o desenvolvimento capitalista também criava as condições objetivas para uma outra convergência política: a da classe trabalhadora dos dois países.

4. Comentário sobre a hipótese econômica de Luxemburgo

A hipótese da integração econômica entre Rússia e Polônia lançada por Luxemburgo nos seus primeiros escritos marcou os estudos sobre a história econômica do país. Fortemente apoiada nos dados disponíveis à época, Luxemburgo apresentou uma importante fundamentação empírica de sua hipótese, particularmente na sua tese de doutorado.

Os estudos posteriores sobre a economia polonesa evidenciaram, contudo, que sua hipótese era parcialmente imprecisa. Para a autora, as mudanças no âmbito das tarifas alfandegárias do Império Russo ocorridas em 1851 teriam tido dois impactos. Em primeiro lugar, a eliminação das tarifas entre Polônia e Rússia teriam aberto espaço para a livre circulação de bens entre os dois países, permitindo o aumento das exportações polonesas.

Essa primeira conclusão de Luxemburgo, de fato, é empiricamente válida. A tabela 1 permite acompanhar a variação dos *quanta* de produtos exportados da Polônia para a Rússia⁴. Enquanto o *quantum* exportado de açúcar, um dos principais produtos da agricultura polonesa, apresenta pequena variação negativa durante o período analisado, os *quanta* exportados dos produtos industriais analisados apresentam um forte crescimento.

TABELA 1 - Exportações do Reino da Polônia para o Império Russo em cinco categorias de bens (1885-1910) (em milhares de pud*)

	Têxteis	Produtos de ferro	Açúcar	Papel	Maquinário para agricultura
1885	1.032	1.407	-	-	-
1890	1.899	1.706	1.309	240	235
1895	2.657	4.610	1.062	290	-
1900	4.115	2.701	900	409	292
1905	3.575	5.163	1.206	449	724
1910	5.178	3.918	1.238	935	797

* 1 pud = 16,38kg

Fonte: JEZISKI (1967, p. 149)

Na tabela 2, vemos o valor das exportações polonesas para o Império Russo. Destacam-se, nesse caso, as exportações de tecido e produtos de ferro, que correspondem a mais de 90% do valor exportado. Ainda que seja difícil formular conclusões precisas partindo de dados precariamente estimados,

⁴ A reflexão desta seção é fruto das discussões com o prof. Jawad Daheur em seu seminário na École des Hautes Études en Sciences Sociales sobre a história econômica da Europa Central e Oriental. O prof. Daheur foi a primeira pessoa que nos chamou a atenção para os dados de comércio exterior polonês compilados. Além do professor Daheur, agradecemos também à Biblioteca Central de Estatísticas do governo da Polônia e seu bibliotecário Tworzydło Remigiusz, que, muito gentilmente, nos ajudaram com a pesquisa bibliográfica que nos permitiu compilar os dados apresentados a seguir.

é lícito, pelo menos, afirmar que a composição da pauta de exportação polonesa respalda a hipótese de um intenso desenvolvimento industrial.

A segunda conclusão de Luxemburgo é que, a partir de 1851, com a incorporação da Polônia ao regime aduaneiro russo, os vínculos da economia polonesa com os países ocidentais teriam sido rompidos e o país teria passado à autarquia. Essa segunda conclusão, contudo, revela-se equivocada.

TABELA 2 - Valor das exportações do Reino da Polônia para o Império Russo (1885-1910) (em milhões de rublos)

	Têxteis	Produtos de ferro	Açúcar	Papel	Maquinário para agricultura	Total
1885	56,8	14,1	-	-	-	70,9
1890	103,9	17,1	5,9	1,4	1,2	129,5
1895	133,8	46	4,8	1,7	-	185,3
1900	226,3	27	4	2,5	1,5	261,3
1905	196,6	51,6	5,4	2,7	3,6	259,9
1910	284,8	39,2	10,1	5,6	4	343,7

Fonte: JEZISKI (1967, p. 149)

Na tabela 3, vemos a evolução das exportações polonesas para os países ocidentais. Nesse caso predomina a exportação de bens primários, particularmente madeira e cereais, este último apenas até 1905. O motivo para a queda das exportações de cereais poloneses no início do século é a imposição de barreiras alfandegárias pela Alemanha a partir de 1902. A partir dos dados da tabela 3, é possível perceber a parcialidade das hipóteses de Luxemburgo. Certo, a autora não chega a desenvolver uma análise sobre as exportações polonesas para ocidentais. Contudo, o crescimento do valor das exportações para esses países indica que a barreira russa não era impeditiva. De toda forma, os dados da tabela 3 indicam uma constatação importante: a Polônia não estava integrada economicamente apenas ao Império Russo, mas também aos países ocidentais. Não resta dúvida que, em termos de escala, o comércio com o Império é mais relevante que aquele realizado com os países ocidentais. Contudo, não se pode desprezar que esse comércio contribuiu para o crescimento da economia polonesa.

A tabela 4 traz os dados consolidados de comércio exterior da Polônia com o Império e o Ocidente. A década de 1880 parece ser um marco para a economia industrial polonesa. Como menciona Luxemburgo, trata-se do momento em que a grande indústria se consolida e passa a condicionar toda a economia no país. Com as transformações ocorridas nessa década, as importações oriundas de países ocidentais apresentam um aumento expressivo, ao passo que as exportações para esses países permanecem estáveis. Uma vez que as importações são uma função do nível de desenvolvimento doméstico das forças produtivas, o aumento das importações indica que a economia polonesa passava por um período de grande desenvolvimento, o que aumentava a demanda por insumos importados.

Como mostra a Tabela 6, a partir de 1890, o país passa a importar uma parcela crescente de máquinas e matérias-primas, o que evidencia que sua estrutura industrial estava concentrada na produção de bens intermediários e bens finais. Lã, couro e algodão são importados para abastecer a indústria têxtil, cuja produção tinha como principal mercado consumidor o Império como poder visto na tabela 7. Dada a exportação crescente de produtos de ferro é lícito supor que a importação de máquinas e ferramentas teve como destino a ampliação da capacidade produtiva da indústria siderúrgica e metalúrgica.

TABELA 3 - Estrutura das exportações do Reino da Polônia para os países ocidentais (1880–1910) (em milhares de rublos)

	Total das exportações	Trigo	Centeio	Cevada	Aveia	4 cereais juntos		Ovos		Cavalos	Suínos	Total		Madeira		Açúcar	
						Rublos	%	Rublos	%			Rublos	%	Rublos	%	Rublos	%
1880	68.000	7.651	8.079	133	769	16.632	24,5	162	0,2	-	2.538	2.533	3,7	7.702	11,3	-	-
1885	64.000	7.484	8.965	1.933	797	19.184	30	1.043	1,6	299	2.060	2.359	3,7	4.049	6,3	3.542	5,5
1890	49.000	3.653	2.480	1.891	465	8.486	17,3	2.440	5	538	2.160	2.693	5,5	2.725	5,6	826	1,7
1895	45.000	3.000	2.409	1.010	519	6.938	15,4	2.900	6,4	3.780	2.800	6.580	14,6	4.434	9,9	1.344	3
1900	57.000	5.777	5.403	1.647	285	13.112	23	3.240	5,7	2.450	2.071	3.521	6,2	11.816	20,7	579	1
1905	60.000	1.013	425	681	230	2.349	3,9	3.880	6,5	543	2.480	3.023	5	9.960	16,6	242	0,4
1910	105.000	3.994	246	2.951	928	8.119	7,7	2.080	2	1.247	2.731	3.978	3,8	14.280	13,6	1.286	1,2

Fonte: JEZISKI (1967, p. 166-167)

Além disso, os dados da Tabela 5 revelam que a partir de 1890 o coeficiente de penetração das exportações alemãs com destino a Rússia tem uma importante variação, passando de 13,7%, em 1880, para 21,6%, em 1890, e segue em crescimento até os anos 1910. Se se considera que nesse período, a industrialização ganha força impulsionada por setores altamente oligopolizados como a siderurgia e bens de capital, é possível que as máquinas e ferramentas importadas pela Polônia fossem oriundas da indústria alemã.

TABELA 4 - Total do comércio exterior do Reino da Polônia (1880-1910) (milhões de rublos)

	Exportações			Importações			Saldo		
	Países ocidentais	Rússia	Soma	Países ocidentais	Rússia	Soma	Países ocidentais	Rússia	Soma
1880	68	47	115	105	26	131	-37	21	-16
1890	49	194	243	79	93	172	-30	101	71
1895	45	278	323	129	185	314	-84	93	9
1900	57	395	452	126	232	358	-69	163	94
1905	60	394	454	112	215	327	-52	179	127
1910	105	515	620	292	301	593	-187	214	27

Fonte: JEZIERSKI (1967, p. 151)

TABELA 5 - Penetração de exportações alemãs em economias industriais (1880-1910) (%)

	Rússia	Estados Unidos	Reino Unido	Itália	França	Total
1880	13,7	6,1	5,2	5,6	7	7,4
1890	21,6	11,5	8	8,8	6,4	9,2
1900	24,1	12,1	8,1	9,5	7,2	9,7
1910	23,4	9,4	7,9	12,4	9,3	10

Fonte: SOMMARIVA; TULLIO (1987, p. 47)

TABELA 6 - Estrutura das importações do Reino da Polônia oriunda de países ocidentais (1880-1910) (em milhares de rublos)

	Total importações	Ferramentas (A)	Máquinas (B)	Total (A+B) = (C)		Carvão (D)	Coque (E)	Ferro-gusa (F)	Total (D+E+F) = (G)		Algodão (H)	Lã (I)	Couro (J)	Total (H+I+J) = (K)		Total (C+G+K)	
				Rublos	%				Rublos	%				Rublos	%	Rublos	%
1880	105.000	-	5.744	5.744	5,5	-	1.519	2.049	3.568	3,4	11.330	2.166	528	14.024	13,4	23.336	22,2
1885	109.000	780	1.595	2.375	2,2	1.976	442	3.685	6.103	5,6	23.214	5.500	1.251	29.965	27,5	38.443	35,3
1890	79.000	700	478	1.178	1,5	936	1.793	2.043	4.772	6	6.409	2.675	405	9.489	12	15.439	19,5
1895	129.000	2.570	20.532	23.102	17,9	1.207	2.250	732	4.189	3,2	17.487	14.850	3.258	35.595	27,6	62.886	48,7
1900	126.000	2.730	36.743	39.473	31,3	2.999	3.772	989	7.760	6,2	25.244	8.825	4.338	38.407	30,5	85.640	68
1905	112.000	2.890	14.804	17.694	15,8	3.915	4.647	60	8.622	7,7	35.655	39.875	7.335	82.865	74	109.181	97,5
1910	292.000	800	14.630	15.430	5,3	6.899	3.798	73	10.770	3,7	41.876	43.875	10.650	96.401	33	122.601	42

Fonte: SOMMARIVA; TULLIO (1987, p. 47)

TABELA 7 - Comércio de têxteis entre o Reino da Polônia e o Império Russo (1879-1911) (em milhões de rublos)

	Exportações para o Império Russo	Importações do Império Russo
1879	14,6	5,3
1880	19,5	3,9
1881	37,7	-
1884	55,2	3,4
1885	56,8	2,7
1886	82,9	6
1891	103,9	11
1893	138,7	35,3
1894	161,9	39
1895	132,8	38
1899	198,3	55,9
1900	226,3	51,1

Fonte: JEZERSKI (1967, p. 173)

Ao contrário de uma integração unívoca entre Polônia e Rússia, os dados acima indicam uma dupla integração econômica em relação ao Reino da Polônia. A primeira, realizada com a Rússia por meio das exportações manufatureiras, é analisada por Luxemburgo nos textos sobre a questão polonesa. Já a segunda, a integração que se dava entre a Polônia e os outros países ocidentais, não chegou a ser analisada pela autora; contudo, longe de invalidar sua argumentação, reforça a conclusão de que

é uma lei imanente do modo de produção capitalista que aspira a ligar gradual e materialmente os lugares mais distantes, a colocá-los em mútua dependência econômica e finalmente a transformar todo o mundo em um único mecanismo de produção firmemente montado (LUXEMBURG, 1979, p. 154, tradução nossa).

O caráter expansivo e mundial do modo de produção capitalista aparece, portanto, indicado na tese de doutorado de Luxemburgo. Trata-se de um elemento analítico relevante da obra de Rosa, apresentado inicialmente em sua reflexão sobre a questão polonesa, mas que será desenvolvido em obras posteriores como em *Introdução à Economia Política*, publicada *post mortem*, em 1925, e, principalmente, em *A Acumulação do Capital* (LUXEMBURG, 1990; LUXEMBURGO, 1985).

5. Conclusão

Ao longo da breve exposição acima, pode-se notar como a questão polonesa ocupa um lugar privilegiado nas formulações de Rosa Luxemburgo. Na realidade, até o fim de sua vida, a autora seguiria investigando a questão das nacionalidades e sempre denunciando o nacionalismo.

A obra de Rosa a essa altura é perpassada por uma tensão entre o economicismo – dado marcante do marxismo da II Internacional – e a incorporação de elementos políticos. A forma como Luxemburgo desenvolve sua argumentação sobre a questão polonesa é marcada pelo economicismo, ainda que esta não seja a única perspectiva presente em seus primeiros textos. A

fusão econômica entre Polônia e Rússia seria um caso do que ela considera como uma “lei imanente” do capitalismo de vincular materialmente mesmo as regiões mais distantes do planeta. Essa “lei imanente” condicionaria inclusive a ação política da classe trabalhadora, o que evidencia a tendência economicista presente em seus primeiros textos.

No palco do capitalismo mundial, os diferentes grupos sociais se apresentam menos como nacionalidade do que como classe. Para Rosa, o elemento decisivo na compreensão da relação que se estabelece entre as classes é a divisão do trabalho entre as economias em questão: em economias que possuem bases econômicas complementares predomina a solidariedade entre as classes dominantes e onde as bases econômicas são semelhantes predomina a competição. Uma vez que a estrutura econômica do Império Russo era complementar à da Polônia, as burguesias polonesa e russa convergiam na sua ação econômica. Da mesma maneira, a classe trabalhadora polonesa e a russa também deveriam convergir em sua luta política.

Também é relevante o ponto de vista metodológico de Rosa, firmemente assentado no estudo da história. Isso permitiu compreender as mudanças ocorridas no capitalismo a partir da segunda metade do século XIX que culminaram na estruturação do imperialismo. Logo, a questão “nacional”, como analisada por Marx e Engels, já não é a mesma daquela analisada por Luxemburgo. Ela está diante de um funcionamento do capitalismo em que os condicionantes da economia mundial fazem-se sentir de forma mais evidente sobre os diferentes nacionais. Como aponta Silva:

(...) o ponto de partida de Rosa desdobra-se em inúmeros desafios para o pensamento marxista moderno, quando articula o internacionalismo do desenvolvimento capitalista em contradição com a possibilidade de autodeterminação nacional e a criação de Estados nacionais. De impacto, suas considerações relacionam esse amadurecimento econômico via imperialismo com a necessidade de ampliar a organização e a luta proletária internacional: sobrepujando a consciência nacional pela consciência de classe, priorizando a revolução socialista às revoluções nacionais burguesas; rompendo com os princípios do ideário revolucionário da burguesia nacional

pela ênfase à doutrina marxista; recusando a aliança e a tática da classe operária com a burguesia; apelando para os riscos de descaracterização e condicionamento das lutas de classes passadas e futuras (1989, p. 31-32).

Passado o “breve século XX”, período em que se viveram grandes expectativas e frustrações em relação ao nacionalismo – as lutas de libertação nacional são um bom exemplo disso – e que se encerrou com uma reafirmação do “internacionalismo” do capital, nos parece que as obras de Rosa acerca da questão nacional ganham nova vitalidade.

Referências

- ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens*. Tradução: Allan Hillani e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019
- BADIA, Gilbert. *Rosa Luxemburg: journaliste, polémiste et révolutionnaire*. Paris: Sciences Sociales, 1975
- DAVIES, Norman. *God's Playground: A History of Poland*. New York: Columbia University, 2005
- HAUPT, Georges; LÖWY, Michael; WEILL, Claudie. *Les marxistes et la question nationale: 1848-1914*. Paris: L'Harmattan, 1997
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Tradução: Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2015
- JEZERSKI, Andrzej. *Handel zagraniczny Królestwa Polskiego, 1815-1914*. Varsóvia, 1967
- LESLIE, R. F. *The history of Poland since 1863*. Cambridge: Universidade de Cambridge, 1980
- LUKOWSKI, Jerzy; ZAWADZKI, Hubert. *A concise history of Poland*. London: Oxford, 2019
- LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação de Capital*. Tradução: Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Abril Cultural, 1985
- LUXEMBURG, Rosa. *El desarrollo industrial de Polonia y otros escritos sobre el problema nacional*. Tradução: Stella Mastrángelo, Conrado Ceretti, Eduardo Molina. Cidade do México: Pasado y Presente, 1979
- LUXEMBURG, Rosa. *Gesammelte werke. Band 5*. Berlim: Karl Dietz, 1990
- MACHADO, Luis Toledo. *Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20*. São Paulo: Mandacaru, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *On the Polish question*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx/ Engels Collected Works*, v. 6. Tradução: Jack Cohen. Londres: Lawrence & Wishart, 1976, p. 545-552
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005
- MATHUR, Chandana; DIX, Dermot. *The Irish Question in Karl Marx's and Friedrich Engels's Writings on Capitalism and Empire*. In: *Social Thought on Ireland in the Nineteenth Century*. University College Dublin Press: Dublin, 2019, p. 97-107
- ROSSOLILLO, Francesco. *Nação*. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: UnB, 1998, p. 795-799
- SILVA, Marilene Corrêa. *A questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Cortez, 1989
- SOMMARIVA, Andrea; TULLIO, Giuseppe. *German Macroeconomic History, 1880-1979*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1987
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley: Universidade da Califórnia, 2011
- WANDYDZ, Piotr. *The lands of partitioned Poland, 1795-1918*. Seattle: University of Washington, 1974